

Com o ministro
FREI BETTO
ESTADO DE SÃO PAULO 27 OUT 1994
De Gaulle, o Real e a volta da inflação



**Quem
vencerá esta
queda-de-
braço: o
especulador
ou o governo?**

De Gaulle, do alto de sua soberba, teria dito que o Brasil não é um país sério. A França, meca da cultura ocidental, também carrega suas contradições, como todo país. Basta comparar a deferência com que são tratados, num restaurante de Paris, um cachorro ou uma criança... Desconfio, porém, de que De Gaulle tinha razão no que concerne ao modo como o governo trata a grande maioria da população, os 100 milhões de brasileiros excluídos de acesso ao mercado de consumo.

Para não perder eleições, o governo cria reformas monetárias sazonais. Cruzado I, Cruzado II, Plano Verão, Plano Bresser, Collor I, Collor II — eram todos antídotos antiinflacionários anunciados como definitivos. Funcionaram enquanto angariaram votos, incensados pela mídia governista, que ignora a diferença entre provisório e

definitivo, reforma monetária e reforma estrutural. Contudo, o eleitor brasileiro parece personagem de Nelson Rodrigues, gosta de apanhar. Desprovido de memória, acreditou no Plano Real, cujas notas funcionaram como cédulas de Fernando Henrique Cardoso.

Agora, o Real começa a naufragar, infelizmente. Primeiro, o ex-ministro Rícúpero rojava: "Não compreem." Quem pode comprar, exceto os privilegiados

30 milhões de brasileiros alvos da publicidade e que detêm em mãos mais de 70% da renda nacional? Os preços, que em fins de junho foram ajustados pelo pico — enquanto os salários permanecem arrochados —, continuaram sua subida lenta e gradual, porém sem exageros que pudessem prejudicar a estratégia eleitoral entre o Palácio do Planalto e a coligação PSDB-PFL-PTB. Eleito FHC, ou seja, atingido o ob-

jetivo político do Plano Real, abrem-se as comportas inflacionárias. Basta comparar os preços da cesta básica antes e depois de 3 de outubro.

O que faz o governo? Sem autoridade para implementar reformas estruturais, como a fiscal e a agrária ou o mero assentamento das famílias sem terra, e sem pulso para punir especuladores ou congelar preços, baixa um pacote de restrições ao consumo que ameaça ainda mais o nosso precário sistema, multiplicando o desemprego. Os mais prejudicados são os consumidores de baixa renda, aqueles que acreditaram na estabilidade monetária e buscaram o crediário como meio de adquirir bens essenciais, como fogão, geladeira e mobília doméstica. Os que ocupam o topo da pirâmide deste país vice-campeão mundial de concentração de renda não são atingidos pelas restrições e ainda contam com a vantagem da redução de alíquota dos produtos importados. Aliás, produtos superfluos. Se é para disciplinar o especulador brasileiro, por que não importar produtos essenciais?

No Chile, a ganância empresa-

rial só cessou com a prisão de uns tantos colarinhos-brancos. Aqui, a cumplicidade é tamanha que fica difícil para o governo punir especuladores sem arranhar relações políticas e até mesmo de parentesco. Salva-se a nobreza, dane-se a plebe. De repente, o Real parece ameaça do de virar uma ilusão. Fernando Henrique Cardoso encontra-se encurralado: se a inflação subir, ele cai no respaldo popular auferido pelas urnas e vira refém de um Congresso que, embora livre de Roberto Cardoso Alves, ainda preserva muito do franciscanismo — e dando que se recebe. Se a inflação for contida e os salários, reajustados, o novo presidente terá suficiente índice de popularidade para efetivar seu programa de governo.

Quem vencerá esta queda-de-braço: os especuladores ou o governo? Se saírem vitoriosos os primeiros, quem sobreviver até 1998 poderá desfrutar da ilusão de mais um plano de estabilização monetária, o otavo, às vésperas da sucessão de FHC. Neste caso, não há como negar que De Gaulle teria razão.

■ Frei Betto é escritor